

## REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA REDE DE ENSINO DOCTUM

Juliano Sepe Lima Costa<sup>1</sup>

Monique Montenegro<sup>2</sup>

### RESUMO

A partir do disposto na Lei 10.861/04, a educação superior deu um importante salto rumo às responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior. Um marco, a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) abarcou as avaliações do MEC (*in loco*), ENADE e ainda, fortaleceu a autoavaliação institucional, suscitando o debate e, posteriormente, o surgimento das Comissões Próprias de Avaliação – CPA. Desde então, muitos foram os passos para a realização de uma autoavaliação que se assuma enquanto processo de produção de conhecimento e que tenha como objetivo principal sustentar os laços de colaboração entre os atores institucionais. Respeitando a complexidade dos processos de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), este artigo tecerá reflexões sobre o desenvolvimento da autoavaliação na Rede Doctum de Ensino, no contexto do SINAES, descrevendo desde a elaboração da metodologia e construção de instrumentos de coleta de dados até a divulgação dos relatórios. Este processo destaca a importância dos vários olhares para a melhoria do ensino, uma vez que a percepção diversificada no decorrer do processo aponta com clareza os pontos que merecem maior atenção por parte da IES, além de permitir o reforço das atividades que receberam avaliação positiva.

Palavras-chave: Ensino Superior. Avaliação Institucional. Autoavaliação. Comissão Própria de Avaliação.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Linguagem, coordenador de avaliação institucional na Rede Doctum de Ensino e professor universitário no curso de direito nas Faculdades Doctum de Caratinga.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa, coordenação pedagógica na Rede Doctum de Ensino.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas a avaliação da educação superior adquiriu enorme relevância acadêmica e social, particularmente porque as políticas públicas de educação têm lhe conferido grande visibilidade, criando sistemas avaliativos compreensivos, além de investir somas consideráveis de recursos.

Diante desta visibilidade, a avaliação passou a integrar a agenda pública da educação brasileira, o que consequentemente resultou em um aumento significativo de estudos e pesquisas sobre a temática (DIAS; HORIZUELA; MARCHELLI, 2006; CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2004; DIAS SOBRINHO, 1996, PEIXOTO, 2009; LEITE, 2008).

Além deste aumento substancial de pesquisas sobre a avaliação no ensino superior, que legitimou as práticas avaliativas das Instituições de Ensino Superior (IES), a reestruturação do Estado brasileiro a partir de meados de 1995 (RISTOFF, 2000; MENEGHEL; ROLB; SILVA, 2006), também colaborou para a consolidação da avaliação na agenda das políticas de educação superior.

Seguindo a tendência de consolidação da temática, surge em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Tomando como referência o cenário apresentado, o presente estudo trata da política de avaliação da educação superior, o SINAES, com ênfase especial sobre a atuação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) no processo de avaliação institucional de uma Rede de Faculdades, nomeadamente a Rede de Ensino Doctum.

A relevância de estudos com este recorte consiste na interlocução com o debate sobre o processo de avaliação da educação superior, no que se refere à reflexão sobre as possibilidades, problemas e dificuldades de atuação da CPA no interior das IES, no sentido de criar e consolidar um processo de avaliação na perspectiva do paradigma da avaliação sistêmica. (DIAS SOBRINHO, 2000; RISTOFF, 2000; PEIXOTO, 2004).

No presente trabalho são analisadas as atividades desenvolvidas pelo Programa de Avaliação Institucional da Doctum com o objetivo de problematizar a dinâmica de implementação do SINAES no tocante ao processo de avaliação interna/autoavaliação.

Ressalta-se, entretanto, a complexidade da avaliação, em especial da autoavaliação, que requer um olhar interno para avaliar as próprias estruturas, atividades e processos.

Especificamente numa autoavaliação institucional, esta complexidade se dá ao considerarmos que esta avaliação não pode ser reduzida à simples atribuição de notas ou conceitos aos diferentes cursos, à infra-estrutura e às atividades de extensão. A avaliação de uma IES é norteada por uma filosofia educacional, presente em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, as IES configuram-se como instituições complexas e plurais.

Neste sentido, a avaliação de uma IES lida não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas e dinâmicas, caracterizando a avaliação enquanto prática social geradora de múltiplos sentidos (DIAS SOBRINHO, 2008).

Considerando, então, a complexidade no processos de avaliação de uma IES, este texto tecerá reflexões sobre o desenvolvimento da autoavaliação na Rede Doctum, no contexto do SINAES, descrevendo desde a elaboração da metodologia e construção de instrumentos de coleta de dados até a divulgação dos relatórios.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa constitui-se enquanto pesquisa exploratória descritiva, que visa à identificação, registro e análise dos fatores que se relacionam com o processo da autoavaliação.

Este tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto (PEROVANO, 2014)

Neste sentido, partindo de uma abordagem qualitativa, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir de bibliografias publicadas e dos instrumentos de implementação do processo de autoavaliação da Rede de Ensino Doctum.

A pesquisa documental é habitualmente confundida com a pesquisa bibliográfica, entretanto, enquanto a segunda é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008), a

primeira tem como fontes, materiais que não receberam, ainda, tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa (GIL, 2008).

Por último, para a análise dos instrumentos, utilizamos os princípios da Análise de Conteúdo.

Para BARDIN (1977), a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. É composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não), permitindo a realização de inferência de conhecimentos.

A escolha deste método de análise pode ser explicada pela necessidade de ultrapassar as incertezas conseqüentes das hipóteses e pressupostos e pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações.

### **3 A CHEGADA DO SINAES**

Historicamente, a avaliação da educação superior no país tem início na década de 70, com a instituição da política de avaliação da pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especialmente voltada aos cursos de mestrado e doutorado.

No que se refere aos cursos de graduação, as primeiras idéias sobre o tema, datam de 1983 (POLIDORE, 2009), com a instituição, pelo Ministério da Educação– MEC, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU, que enfatizava a gestão das IES, a produção e a disseminação dos conhecimentos.

Este programa durou apenas um ano e foi substituído por diversas iniciativas governamentais, como a “Comissão de Notáveis” em 1985, e do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior – GERES, em 1986 (POLIDORE, 2009).

Entretanto, segundo SANDER (2008), a preocupação do Estado avaliativo, baseado em políticas neoliberais sobre as instituições universitárias provocou uma reação contra as exigências do MEC e, em 1993, surge a Comissão Nacional de Avaliação. Neste contexto, as universidades públicas elaboraram um conjunto de propostas originando o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Este programa contava com a aceitação do MEC e da

comunidade acadêmica, caracterizando-se, naquele momento, enquanto um projeto de natureza emancipatória e participativa, que combinava práticas de autoavaliação e de avaliação externa.

Em 1996, foi introduzido, em âmbito nacional, o Exame Nacional de Cursos – ENC, popularizado como “Provão”, seguido de outros mecanismos avaliativos, tais como a Avaliação das Condições de Ensino – ACE, e a Avaliação para credenciamento de IES privadas, com a proposta de nivelar as instituições em termos de qualidade. No entanto, este modelo mostrou-se insuficiente e fragmentado para responder ao questionamento referente ao tipo de educação superior que era oferecido aos brasileiros.

A partir disso, foi desencadeado um processo de discussão, iniciado em 2003, que, como resultado, originou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES.

A discussão sobre a criação do SINAES teve início com a criação da Comissão Especial de Avaliação – CEA que, após realizar discussões com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil organizada, produziu o documento intitulado “SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior” (BRASIL, 2004).

Este Sistema é acompanhado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, a CONAES, como um órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. Esta Comissão tem como função estabelecer os parâmetros gerais e as diretrizes para a operacionalização do sistema de avaliação. Evidencia-se que a operacionalização do Sistema está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Como forma de atingir as instituições de ensino superior na sua totalidade, o SINAES possui três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Este modelo tem como base a avaliação institucional, que compreende a avaliação externa e a avaliação interna, principalmente com seu componente central, a auto-avaliação. Para tanto, o processo de autoavaliação está atualmente sendo desenvolvido nas IES, orientado a partir de 10 dimensões: missão e plano de desenvolvimento institucional; políticas de

ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal; organização e gestão; infraestrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento, avaliação e meta-avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e egressos; e sustentabilidade financeira (SINAES, 2004), agrupados em cinco eixos (nota técnica 65).

A proposta sugere a busca de informações sobre essas dimensões para examiná-las e analisá-las no interior das Instituições, com a participação dos seus atores, guiados pelas CPAs. Pretende-se, assim, envolver na autoavaliação a comunidade acadêmica para comprometê-la nas descobertas, de forma participativa, com a finalidade de melhorar ou reforçar aspectos detectados pelas IES que sejam relevantes para os atores institucionais.

Para BARREYRO; ROTHEN (2006), o SINAES constitui-se em avanço de um modelo de avaliação da educação superior no Brasil, que promovia a competitividade, baseado em estratégias de visibilidade mercadológica, para um paradigma que propõe a avaliação formativa ao incluir a autoavaliação participativa nas instituições e propor sua articulação com a regulação do sistema.

Esse sistema amplia o foco da avaliação ao incluir de forma integrada, as três dimensões: avaliação institucional, avaliação dos cursos e ENADE, não priorizando apenas o desempenho dos estudantes, permitindo, desta forma, mostrar uma imagem mais completa da qualidade da educação que está sendo oferecida. (BARREYRO; ROTHEN, 2006, P. 434-435).

Neste processo de avaliação institucional, a autoavaliação é destacada por MARBACK NETO (2007) enquanto ponto máximo da avaliação, pelo seu princípio crítico-transformador e não ao tecnoburocrático, permitindo que a avaliação possua um momento coletivo de conhecimento e de busca de soluções dos problemas da IES, juntamente com o processo democrático das diversas instâncias da instituição.

Segundo OLIVEIRA et al. (2008), o histórico da IES, ao realizar a autoavaliação, colabora para o modelo de avaliação utilizado. As IES que possuem um histórico de lutas adotam um modelo mais participativo, de cunho diagnóstico e formativo, enquanto as outras, apresentam um caráter mais gerencialista, especialmente as instituições privadas, que segundo os autores:

Nas IES privadas, muitas vezes a avaliação é feita em gabinetes ou por especialistas contratados para este fim. Nas universidades públicas, especialmente as de grande porte, já existe um processo contínuo de avaliação, embora esse processo não fosse compreendido como avaliação

institucional. Em diferentes espaços da instituição – conselhos, unidades, programas de pós-graduação e cursos de graduação, departamentos, dentre outros – avaliam-se permanentemente as atividades, ainda que essas atividades não sejam registradas ou sistematizadas como avaliação. (OLIVEIRA et al, 2008, p. 44)

Vale destacar que a Rede de Ensino Doctum atenta a Lei do SINAES, implementa a autoavaliação institucional desde 2004, inicialmente, com a organização do I Seminário de CPA, prosseguindo com outros Seminários e inclusive, enquanto articuladora, promoveu o Fórum Regional de Avaliação em Caratinga que congregou inúmeras outras IES de Minas Gerais, para debater avaliação institucional. Fato que demonstra a identificação da Doctum com a referida lei, notadamente, a compreensão da importância do processo crítico-reflexivo na avaliação institucional e, conseqüentemente, seus resultados e reflexos para IES.

Entendendo as limitações e dificuldades que se impõem na realização da autoavaliação, apresentaremos, então, o processo de autoavaliação da Rede Doctum de Ensino, que apesar de ser uma instituição privada, busca, ao contrário do que os autores acima afirmam, uma avaliação contínua e permanente, com a participação de toda a comunidade acadêmica.

#### **4 A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO**

A metodologia proposta para a autoavaliação tem enfoque quanti-qualitativo (BOGDAN; BIKLEN, 2003; LÜDKE; ANDRÉ, 1986; TURATO, 2003), que prioriza uma avaliação de processos ao invés de avaliar produtos (BALZAN; DIAS SOBRINHO, 1995; ALMEIDA JÚNIOR, 2002) ou somente resultados.

Em consonância com o paradigma qualitativo, os dados quantitativos obtidos são levados em conta para a contextualização da realidade da instituição e para respaldar o aprofundamento da abordagem qualitativa. Nesse sentido, buscou-se, ao longo de todo o processo, realizar uma avaliação multifocal, valorizando a descrição de contextos e privilegiando a interpretação dos dados coletados.

Um dos primeiros passos metodológicos foi sensibilizar a comunidade acadêmica. O processo de sensibilização tem por objetivo informar, esclarecer e motivar a comunidade acadêmica como um todo, buscando a participação efetiva e responsável de todos no processo de autoavaliação institucional.

Na Rede de Ensino Doctum, especialmente nos últimos dois anos, a atividade avaliativa passou a contar com um núcleo de melhores práticas para discutir e pensar a avaliação institucional. Este grupo de trabalho ficou responsável por discutir e revisar os instrumentos a serem aplicados e a metodologia adotada, o que foi feito, uma vez que todos os instrumentos foram totalmente reestruturados, com base nas dez dimensões do SINAES.

Questionários curtos e de fácil compreensão eliminaram, ao máximo, a subjetividade das questões, com intuito de suprimir distorções buscando alcançar uma análise fiel da realidade da IES.

A edição do Programa de Avaliação Institucional da Doctum aconteceu de forma gradativa. A consolidação da nova proposta de avaliação da IES envolveu reuniões periódicas, treinamentos e assessoria em tempo integral do Núcleo de Gestão da Qualidade, além da realização de um grande fórum (2016), que reuniu todos os coordenadores de CPA das unidades da Rede de Ensino.

Esse, sem dúvida, foi um momento importante de fortalecimento do projeto, que foi discutido e modelado, permitindo a troca de experiências entre os participantes, resultando no enriquecimento do programa proposto e ajuste do novo momento avaliativo.

Nessa nova fase, os alunos foram submetidos à avaliação em dois momentos diferentes, tal seja, um para avaliar a IES como um todo, e em outro momento, avaliar os professores. No caso da avaliação do corpo docente, esta ocorre necessariamente em todos os semestres.

Na ocasião, os alunos têm oportunidade de avaliar, através de questionários *online*, disponibilizados no ADX, todos os professores que lecionam as disciplinas cursadas no semestre letivo. Outro momento destinado à avaliação por parte dos alunos na Rede Doctum é quando os mesmos avaliam a IES, também via ADX. Nesta oportunidade várias questões são levantadas, com base no SINAES, visando ao final perceber vários olhares que sempre vão desaguar na atividade fim.

O ADX é um sistema de gerenciamento acadêmico criado pela própria IES, que integra vários setores que compõem a estrutura acadêmica. A CPA também utiliza este sistema para realizar as avaliações, principalmente por ser um software que os alunos utilizam com frequência para interagir e acessar informações acadêmicas. Em período determinado para avaliação institucional, abre-se



automaticamente uma aba convidando o aluno a avaliar os professores. Para acessar a página, basta entrar com login e senha.

Após aplicação dos questionários os resultados são extraídos do ADX, sendo incumbência dos coordenadores de curso, repassar e discutir com cada professor o seu resultado no processo avaliativo, individualmente e de forma reservada.

A CPA também é responsável por também captar a percepção da IES dos professores e do corpo técnico administrativo, que no último ano (2016) ocorreu através de formulário impresso, que ficou disponível 7 (sete) dias, para professores na sala dos professores e para os funcionários na biblioteca. Durante todo o processo a CPA participou incisivamente. Realizou uma grande reunião geral com funcionários, coordenadores de curso, coordenador acadêmico, líderes de setores (secretaria, biblioteca, gestão de crédito) e diretor, para explicar a proposta da avaliação institucional e como seria a aplicação dos novos instrumentos, além de fazer a sensibilização sobre o processo e esclarecer eventuais dúvidas.

Para auxiliar na aplicação todos os instrumentos foram diagramados de forma que proporcionassem boa leitura, seja no ADX, seja impresso, incluindo um *check list* da estrutura física da IES, onde o coordenador da CPA poderia monitorar, caso entendesse ser pertinente, os mais variados setores, mesmo, em uma primeira análise, não sendo papel do mesmo, contudo, ao verificar, por exemplo, que um quadro branco está manchado, e ao apontar isto à IES, automaticamente poderá interferir na qualidade das aulas, de alguma forma, notadamente se o quadro for trocado efetivamente, etc.

Durante todo esse processo, é necessário mobilização e sensibilização por parte da CPA e também dos órgãos de direção da IES, além das coordenações de curso e coordenação acadêmica, especialmente para esclarecimento do processo avaliativo e suas repercussões. O papel do departamento de comunicação é extremamente importante, uma vez que de forma especializada consegue auxiliar na elaboração de peças de marketing que serão inseridas no ADX, além de serem utilizadas por meio digital (site e mídias sociais) e por meio impresso, especialmente por cartazes que serão fixados nos murais de avisos e outros lugares estratégicos.

Na prática o desdobramento da sensibilização é compartilhado entre vários atores da comunidade acadêmica, que multiplicam não só os momentos avaliativos (aplicação de questionários), mas também os resultados extraídos dos mesmos,

assim, o coordenador da CPA, além de passar nas salas, encontrar com os representantes de turma, discutir nas reuniões da CPA, compartilha este papel, com a Direção, Coordenação Acadêmica e principalmente com coordenadores de curso, que compartilham a informação junto aos professores e alunos de determinado curso. São utilizados cartazes impressos e materiais digitais para divulgação e a devolução é coletiva e acontece em momentos pontuais onde se reúne a comunidade acadêmica.

Para organizar este trabalho a CPA promove reuniões, contudo, o trabalho maior sempre fica a cargo do coordenador da CPA, sendo o único remunerado para esta função específica, razão pela qual participa de reuniões com representantes discentes, docentes, colegiados, conselho acadêmico, sempre que achar relevante e considerar que terá impacto nos trabalhos da equipe.

O grupo da CPA é composto por integrantes da comunidade acadêmica e sociedade civil, além de um representante da mantenedora, que ao nosso sentir tem um papel importante, especialmente o de coletar as fragilidades e potencialidades, além de ser um instrumento para gestão e alocação de recursos específicos para sanar, na medida do possível, necessidades, contudo, principalmente serve à atividade fim, tal seja, ensino.

Destaca-se que a atuação é autônoma e não privilegia qualquer segmento da comunidade acadêmica e sociedade civil, uma vez que nenhuma representação alcançará maioria absoluta na CPA, revelando a importância do trabalho coletivo na concretização da avaliação sob vários olhares.

Esse processo se consolida no relatório de autoavaliação, revelando a evolução da IES ao longo de três anos, amalgamando dados desvelados em duas versões anteriores e parciais desse importante documento postado no sistema e-MEC, obedecendo às normas da nota técnica 65 INEP/DAES/CONAES e que serve também à gestão. Este relatório final engloba uma análise comparativa das ações realizadas nos dois primeiros anos e das ações do terceiro ano, além de uma análise global em relação ao PDI, observando as atividades acadêmicas e de gestão, apresentando um plano de ações de melhorias para a IES.

É importante salientar, que depois que os dados são tabulados e os resultados apresentados passam a ser um importante norte para IES, especialmente a direção e coordenadores, que a partir do panorama apresentado poderão agir para melhoria da faculdade e, conseqüentemente, no ensino.

Neste sentido, os resultados, são apresentados diversamente à comunidade acadêmica, especialmente as lideranças recebem e discutem o resultado com a participação da CPA, em reuniões que acontecem com a direção e com coordenação acadêmica juntamente com os coordenadores de curso presentes. Aos funcionários, a CPA utiliza de reunião geral convocada pela direção e solicita um espaço para desdobrar os resultados da avaliação e promover a escuta dos funcionários.

Atualmente os professores recebem seus resultados das mãos do coordenador de curso, que além de repassar o resultado da avaliação, aproveita para conversar sobre o resultado. Por fim, aos alunos, os resultados são desdobrados com os líderes de turma e em Seminário de Avaliação.

A socialização dos resultados com toda a comunidade destaca a concepção que a Rede possui acerca do processo avaliativo institucional, o qual não tem fim em si mesmo e muito menos assume um caráter punitivo, mas sim, assume-se enquanto elemento norteador para as IES.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho não pretendeu, de forma alguma, esgotar a temática, pelo contrário, é um brevíssimo relato, realizado de forma geral, a partir de uma experiência, sobre um tema extremamente relevante e que gera efeitos concretos na IES e, sem dúvidas, com reflexos claros em sua atividade fim. Inevitável concluir que o trabalho da Comissão Própria de Avaliação é um precioso instrumento para melhoria da IES, merecendo todo respaldo e apoio da IES.

Na prática, a escuta dos diferentes intervenientes, aponta caminhos que, por vezes, não são de fácil resolução, sendo necessário uma ponte, tal seja, o diálogo. Nesta perspectiva, a avaliação apresenta-se enquanto elo, até mesmo para subsidiar a IES mas suas decisões antes de assumir compromissos, atender demandar ou suprir certas necessidades. Assim, a socialização dos resultados, torna-se fundamental para uma maior compreensão do que é possível ou não ser feito, razão da importância de se manter sempre o diálogo.

Os vários olhares são fundamentais para melhoria do ensino, a percepção diversificada no decorrer do processo aponta com clareza os pontos que merecem

maior atenção por parte da IES, além de permitir o reforço das atividades que receberam avaliação positiva.

Não se pode ocultar que o trabalho é progressivo e enfrenta dificuldades, que devem ser superadas ao longo do tempo, pode-se listar: a falta de interesse da comunidade acadêmica, que muitas das vezes ocorre pelo não conhecimento do processo, assim, é necessário que a CPA e a direção da IES sempre mobilizem e sensibilizem. É um trabalho contínuo, que se inicia no caso dos alunos desde dos ingressantes até os egressos.

Na Unidade de Caratinga, um exemplo de experiência bem-sucedida, que merece ser compartilhada, é a reunião periódica com os líderes de turma, que são ótimos multiplicadores de informações, além de congregarem, de forma representativa, os anseios das respectivas turmas. A escuta neste processo é muito importante, por si, costuma pacificar os interesses mesmo quando não há resolução imediata das demandas trazidas, contudo, o que se revela fundamental é a necessidade de transparência nos processos.

Como os ciclos avaliativos são renovados e desdobrados nas seguintes fases: preparação, desenvolvimento e consolidação, o trabalho da CPA mostra-se dinâmico e constante, face ao papel inerente a própria Comissão, que precisa sempre atentar para agenda de trabalho do processo de autoavaliação institucional. Não obstante, a necessidade de avançar no processo de avaliação institucional, passos relevantes já foram dados, especialmente com a melhoria e revisão de todos processo de autoavaliação em consonância com o atual momento vivido pela Doctum, alinhando e contextualizando com os anseios e objetivos da IES.

Neste momento as análises foram mais amplas e gerais, em momento oportuno, o próximo degrau será desdobrar as pesquisas genéricas em busca resultados concretos e específicos, enfatizando questões pontuais. Enfim, ressalta-se que o processo avaliativo não é consolidado em si próprio em determinado momento, mas é contínuo e progressivo.

## REFLECTIONS ON THE EXPERIENCE OF INSTITUTIONAL SELF-EVALUATION IN DOCTUM TEACHING NETWORK

### ABSTRACT

From the provisions of Law 10.861 / 04, higher education has made an important leap towards the social responsibilities of Higher Education Institutions. A framework, the creation of the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES) included the evaluation of the MEC (in loco), ENADE and also strengthened the institutional self-assessment, provoking the debate and later the appearance of the Evaluation Committees - CPA. Since then, many steps have been taken to carry out a self-assessment that is assumed as a process of knowledge production and whose main objective is to sustain the bonds of collaboration among institutional actors. Respecting the complexity of the self-assessment processes of Higher Education Institutions (HEIs), this article will reflect on the development of self-assessment in the Teaching Doctum Network, in the context of SINAES, describing from the elaboration of the methodology and construction of data collection instruments Until the reports are released. This process highlights the importance of the various perspectives for the improvement of teaching, since the diversified perception in the course of the process clearly points out the points that deserve more attention on the part of the HEI, besides allowing the reinforcement of the activities that received positive evaluation.

Keywords: Higher Education. Institutional Evaluation. Self-assessment. Own Evaluation Committee.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Avaliação democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José. (Orgs.). **Avaliação institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. “Sinaes” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do sistema nacional de avaliação da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 955-977, out. 2006

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, PT: Porto, 2003.

BRASIL, Portaria INEP nº. 2.051/04, de 9 de julho de 2004. Regulamenta a Lei do SINAES. Brasília, 2004.

BRASIL, INEP/DAES/CONAES. Nota técnica nº 65. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, 2014.

BRASIL, INEP/DAES/CONAES. Nota técnica nº 62. Definição da estrutura do Relato Institucional. Brasília, 2014

BRASIL, Lei Federal nº. 10.861/05, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL, MEC/CONAES. Resolução nº. 001/2005. Estabelece prazos diferenciados para entrega do Relatório de Avaliação Interna pelas diversas IES. Publicado no dia 21 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2005.

BRASIL, Portaria INEP nº. 04/05, de 13/01/2005. Implanta o Instrumento de Avaliação Institucional Externa para fins de credenciamento e credenciamento de universidades. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministro da Educação. Portaria nº 3.643, de 09 de Novembro de 2005. Institui modelo de gestão que propicie a administração integrada e resolutiva dos processos de avaliação e regulação das instituições e dos cursos de educação superior do Sistema Federal de Ensino Superior. Brasília, 2005.

BRASIL, MEC/SINAES/INEP. Avaliação Externa de instituições de educação superior: Diretrizes e Instrumentos. Brasília, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. As políticas de gestão e de avaliação acadêmica no contexto da reforma da educação superior. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, Carmem Lúcia; Horiguela, Maria de Lourdes Morales; MARCHELLI, Paulo Sérgio. Políticas para avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil: um balanço crítico. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, set./dez. 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 15-24, jul. 1996.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: das perspectivas tecnológicas às políticas e sociais. In: DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAS e da autoavaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 833-840, nov. 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARBACK NETO, Guilherme. **Avaliação: instrumento de gestão universitária**. Vila Velha: Hoper, 2007.

MENEGHEL, Stela M.; ROLB, Fabiene; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 89 – 106, 2006.

OLIVEIRA, João Ferreira et al. Avaliação institucional: projetos de auto-avaliação e vinculação entre avaliação, gestão e financiamento. In: OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. **Avaliação institucional**: sinais e práticas. São Paulo: Xamã, 2008. p. 37-53.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. O debate sobre avaliação da educação superior: regulação ou democratização? In: MANCEBO, Daise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n.1, p. 9-28, mar. 2009.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica para a segurança pública e defesa social**. Juruá Editora, 2014.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC, e... outros índices. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 439-452, jul. 2009.

RISTOFF, Dilvo. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. (Org.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANDER, Benno. Avaliação institucional em construção. In: OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. **Avaliação institucional**: sinais e práticas. São Paulo: Xamã, 2008.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínicoqualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.